

CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA**CPSI nº 009/2025****PROCESSO nº 11.24.847**

CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PBH ATIVOS S.A. E A QUASAR DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE GESTÃO LTDA, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA (SMPU), TENDO POR OBJETO O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA SOLUÇÃO INOVADORA DO DESAFIO DA SMPU NO ÂMBITO DO EDITAL Nº 001/2024 – PROGRAMA PBH INOVA

Pelo presente instrumento, as PARTES abaixo qualificadas:

A PBH ATIVOS S.A., com sede na Rua Espírito Santo, nº 605 - 10º andar - Centro, Belo Horizonte - MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, portador(a) do CPF nº 065.276.716-87, a seguir designado(a) como CONTRATANTE;

A STARTUP QUASAR DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE GESTÃO LTDA, com sede no(a) Av. Bias Fortes, 382, Lourdes, Belo Horizonte - MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 34.250.070/0001-10, neste ato representado(a) pelo(a) Lucas Campos Guimarães, portador(a) do CPF nº 094.996.196-58, doravante denominado(a) CONTRATADA;

e

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, com sede na Avenida Álvares Cabral nº 217- 6º andar, Belo Horizonte - MG, inscrito(a) no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, neste ato representada por seu Secretário, Sr. André Abreu Reis, portador(a) do CPF nº 045.826.976-07, doravante denominada INTERVENIENTE-ANUENTE;

RESOLVEM, em face do resultado final da modalidade especial de licitação realizada nos

autos do processo administrativo em epígrafe, celebrar o presente **CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (“CPSI”)**, com fundamento no Decreto Municipal nº 18.342/2023, nos artigos 14 e seguintes da Lei Complementar nº 182/2021, na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS (Instrução Normativa nº 008/2023), com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 10.973/2004, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Descrição. O objeto deste instrumento corresponde ao teste e ao desenvolvimento de solução inovadora, voltada à superação do desafio “Como podemos atender de maneira ágil e eficiente às demandas de parcelamento do solo dos cidadãos e garantir exatidão, eficiência e economia aos seus processos internos?”, de titularidade da Secretaria Municipal de Política Urbana, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e em seus respectivos anexos.

1.2 Metas e indicadores. As metas a serem atingidas para que seja possível a validação do êxito da solução inovadora estão discriminadas na tabela abaixo. Os padrões de desempenho dos resultados para aferição do êxito da solução serão expressos por meio de indicadores de resultados com respectivas margens de tolerância, podendo ser relativos a resultado qualitativo ou técnico-operacional, a prazo de execução, eficiência no emprego de recursos técnicos, retorno econômico-financeiro, atingimento de público-alvo ou outros que expressem o interesse público na resolução do desafio.

Desafio	Metas a serem atingidas
SMPU - Como podemos atender de maneira ágil e eficiente às demandas de parcelamento do solo dos cidadãos e garantir exatidão, eficiência e economia aos seus processos internos?	Autonomia no gerenciamento dos fluxos, formulários e regras, além de edição de fluxos em processos específicos por demanda
	Melhoria na Experiência do Usuário interno (agente público) e externo (requerente): interface do sistema mais intuitiva.
	Processo único: Consultas de Interface com outros órgãos e solicitações de Recursos e Peticionamentos devem ser tratada dentro do mesmo processo
	Emissão de cópia de Inteiro Teor em processo unificado e em ordem cronológica, incluindo anexos

Desafio	Indicadores da Prova de Conceito
SMPU - Como podemos atender de maneira ágil e eficiente às demandas de parcelamento do solo dos cidadãos e garantir exatidão, eficiência e economia aos seus processos internos?	1. Taxa de Conformidade com os requisitos, sendo avaliadas as questões de: 1.1 autonomia 1.2 processo único 1.3 geração de inteiro teor 1.4 agendamento automático
	2. Usabilidade do sistema do módulo de configuração: criação e edição de fluxos, formulários e listagens de documento
	3. Usabilidade do sistema para tramitação de processos: solicitação, atendimento, tramitação, comunicação, anexação e edição do fluxo em processos específicos por demanda

1.3. Em relação à mensuração dos indicadores, as partes acordaram que:

1.3.1. - Indicador 1: valor percentual total 100%, sendo distribuídos em:

- autonomia (50%)
- processo único (20%)
- geração de inteiro teor (10%)
- agendamento automático (20%)

Nota mínima de conformidade: 70%.

1.3.2. - Indicadores 2 e 3: através de um formulário estruturado que irá apurar a experiência do usuário no que se refere a cada um dos seguintes módulos para checagem de atendimento na escala de 1 (não atende) a 5 (atende) para cada tópico.

A Nota mínima: 70% de taxa de usabilidade.

1.3.3. Será definido o número e quais os usuários respondentes que farão o teste, podendo ser externos ou internos da prefeitura.

1.3.4. As partes também acordaram que:

- a) as integrações serão realizadas na etapa de Rollout e não serão objeto de avaliação para a Prova de Conceito;
- b) a startup disponibilizará o módulo de relatórios e painéis gerenciais, assim como da identidade visual, para a etapa de Prova de Conceito;
- c) Ao longo da Prova de Conceito, será disponibilizado um período de teste da solução parcialmente desenvolvida, com o objetivo da startup poder realizar adequações necessárias com base no feedback apresentado pelo órgão. Os resultados finais serão mensurados ao final do prazo de 3 meses desta etapa.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1 Vigência. O prazo de vigência deste Contrato será de 6 (seis) meses contados a partir de 19/03/2025 e encerramento em 19/09/2025.

2.2 Prazo. A vigência deste Contrato poderá ser prorrogada, nos termos legais, por meio da celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Remuneração. A remuneração da CONTRATADA será realizada mediante a adoção do critério de preço-fixo, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) em conformidade com o artigo 14, §3º, I, da Lei Complementar nº 182/2021, observados os montantes máximos de remuneração estabelecidos no Edital para cada desafio, bem como o Cronograma de Desembolso previsto no item 9.4 do Edital.

3.2. Modificação dos preços. O preço fixo pactuado entre as partes somente poderá ser modificado:

3.2.1. na hipótese de reajuste por índice setorial ou geral de preços, nos prazos e nos limites autorizados pela legislação federal, conforme o índice eleito neste Contrato;

3.2.2. para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior.

3.3. Abrangência. A remuneração devida à CONTRATADA inclui todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.4. Procedimento. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal, conforme valor acordado entre as partes na fase de Negociação e observadas as disposições editalícias a respeito do pagamento, e entregá-la até 01 (um) dia após sua emissão.

3.4.1. Os pagamentos serão correspondentes a cada parcela, observadas as condições para sua efetivação, como entrega de relatórios, e serão efetuados em até 20 (vinte) dias após emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) pela CONTRATADA e condicionado à aprovação pelo Fiscal do Contrato.

3.4.2. Os documentos fiscais deverão discriminar a prestação dos serviços realizados e o período da execução.

3.4.3. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizada.

3.5. Tributação. Os tributos e demais encargos devidos por qualquer das PARTES em decorrência direta ou indireta da execução do objeto deste Contrato ou relativa a seus empregados e colaboradores, sejam eles de qualquer espécie, inclusive trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e/ou ambientais, serão de sua exclusiva

responsabilidade, devendo realizar o seu recolhimento na forma e nos prazos previstos na legislação vigente.

3.5.1. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos tributos e encargos mencionados neste item não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

3.5.2. Se o CONTRATANTE for autuado, notificado, intimado ou condenado, nas esferas judicial e/ou administrativa, em razão do não pagamento em época própria de qualquer obrigação atribuível à CONTRATADA, ou, ainda, se a critério das autoridades competentes, lhes possa ser imputado o pagamento na condição de corresponsáveis por débitos de qualquer espécie, será admitida ao CONTRATANTE a possibilidade de compensação, servindo o presente instrumento como título hábil à sua cobrança, se for o caso.

3.6. **ISS.** O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") deverá ser feito em consonância com o artigo 3º da Lei Complementar nº 116/2003, nos seguintes termos:

3.6.1. Quando da celebração do Contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, esclarecendo expressamente sobre a eventual necessidade de retenção do ISS pelo tomador dos serviços.

3.6.2. Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISS pelo tomador dos serviços:

- a. O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal
- b. Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

3.6.3. Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISS pelo tomador dos serviços:

- a. A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
- b. Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISS por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
- c. Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

- d. A não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

3.7. Reajuste. Será admitido o reajuste dos preços relativos ao Contrato, mediante iniciativa da CONTRATADA e desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento, tendo como indexador o IPCA (Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro índice que vier substituí-lo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1. Obrigações e responsabilidades. Sem prejuízo de outras obrigações e responsabilidades decorrentes do presente Contrato, do Edital, dos seus anexos e da legislação aplicável, caberá:

4.1.1. A CONTRATANTE:

- a. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, bem como indicar eventuais ajustes necessários ao cumprimento do pactuado;
- b. Efetuar o pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados;
- c. Abster-se de praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;
- d. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, quando necessário;
- e. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Contrato;
- f. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA neste contrato e, eventualmente, aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dessas obrigações, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- g. Notificar previamente a CONTRATADA quando da aplicação de sanções administrativas, observado o devido processo legal;
- h. Monitorar e manter operantes os endereços eletrônicos (e-mails) informados, bem como informar eventuais atualizações à CONTRATADA, sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos à solução inovadora deste Contrato;
- i. Caso tenha sido informado pela CONTRATADA, avaliar o custo benefício na obtenção das licenças de uso das tecnologias preexistentes necessárias para viabilizar a solução proposta;
- j. Emitir parecer sobre a experiência dos usuários em relação à implementação e uso da solução inovadora testada no CPSI;

- k. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais");
- l. Utilizar os dados e informações disponibilizados por meio dos serviços que compõem a solução inovadora somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo transmiti-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-las, sob pena de rescisão imediata do contrato, comunicação aos órgãos competentes, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento dos prejuízos causados, excetuando-se as situações em que os referidos dados e informações façam parte de relatórios e análises resultantes do exercício das atividades do CONTRATANTE, bem como quando os dados e informações forem fornecidos a terceiros por exigências legais.

4.1.2. À CONTRATADA:

- a. Atuar em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé;
- b. Propor meios de solução dos desafios;
- c. Desenvolver a solução inovadora conforme o cronograma de entregas e nos prazos pactuados;
- d. Observar a matriz de riscos, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- e. Envidar todo o empenho e tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste Contrato;
- f. Designar responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato e pelos contatos com o CONTRATANTE;
- g. Realizar o teste da solução inovadora, em colaboração com o CONTRATANTE e o órgão titular do desafio, em ambiente a ser definido entre as PARTES;
- h. Manter, durante toda a vigência do Contrato, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas pela CONTRATANTE para a assinatura do Contrato;
- i. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;
- j. Enviar, por e-mail, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, notas fiscais e guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado;
- k. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo fiscal do contrato;
- l. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- m. Comparecer, sempre que solicitada, à sede do CONTRATANTE ou do órgão titular do desafio, para receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- n. Responsabilizar-se diretamente pela prestação do objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua ou de seus empregados, prepostos, terceiros ou eventuais

- subcontratados, no exercício de suas atividades, vierem a provocar à CONTRATANTE;
- o. Responder pelas despesas relativas a obrigações e encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, tributos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, não implicando qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da CONTRATANTE diante da eventual inadimplência da CONTRATADA;
 - p. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, assumindo a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho de execução dos serviços contratados, ainda que resulte de caso fortuito, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos da execução contratual;
 - q. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.
 - r. Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuizadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATANTE;
 - s. Observar e guardar sigilo sobre informações confidenciais do CONTRATANTE a que tiver acesso em virtude deste Contrato;
 - t. Observar que os dados entregues e os dados novos gerados dentro do sistema, durante todo o período de contrato e que são de titularidade do Município de Belo Horizonte, deverão ser exportados no mesmo formato em que foram entregues;
 - u. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais");
 - v. Manter atualizados seus dados cadastrais, informando à CONTRATANTE sempre que forem alterados

4.1.3. À INTERVENIENTE-ANUENTE:

- a. Acompanhar a execução do CONTRATO, conforme estabelecido no Edital, inclusive, se for o caso, indicando responsável para compor a Comissão Avaliadora de que trata o item 19.9 do Edital;
- b. Dar acesso à CONTRATADA para que tenha as informações necessárias para a melhor execução contratual, almejando sempre o êxito do CPSI.

4.2. Ausência de vínculos. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária ou civil entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tampouco haverá vínculo de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e o pessoal utilizado pela CONTRATADA para execução das atividades decorrentes deste

Contrato, vedando-se qualquer relação entre o CONTRATANTE e referido pessoal que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Responsabilidade socioambiental. As PARTES serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste Contrato, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.

4.4. Caso fortuito e força maior. As PARTES não serão responsabilizadas pelo descumprimento de suas obrigações contratuais decorrente de caso fortuito ou de força maior, nos termos do art. 393, parágrafo único, do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Governança. A fiscalização, o monitoramento e o acompanhamento da execução contratual serão realizados conjuntamente, no âmbito de suas respectivas atribuições, pelos representantes legais da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

5.1.1. Os representantes legais das PARTES, especialmente designados para a fiscalização, monitoramento e acompanhamento deste contrato, poderão ser assessorados pelo Comitê Gestor do Laboratório de Inovação Aberta da Prefeitura de Belo Horizonte e por terceiros contratados.

5.1.2. O Comitê poderá realizar as auditorias técnicas e financeiras, sobretudo quando sua realização exigir conhecimento técnico e/ou científico especializado não disponível no quadro de agentes públicos da CONTRATANTE.

5.2. Acompanhamento e fiscalização. O agente público designado pela PBH ATIVOS como fiscal do contrato deverá verificar continuamente o cumprimento das etapas de execução contratual e o atingimento das metas previstas no CPSI, emitindo os atos e aprovações necessárias à realização dos pagamentos devidos à contratada. Cabe ao fiscal do contrato:

5.2.1. comunicar eventuais falhas ou defeitos encontrados na execução do objeto do CPSI, instando a CONTRATADA a adotar as providências necessárias para sua regularização;

5.2.2. oportunizar acesso à CONTRATADA a toda e qualquer informação relativa a ocorrências e fatos relevantes relacionados ao teste da solução inovadora;

5.2.3. emitir relatórios e pareceres para subsidiar os atos da Administração relativos à execução do Contrato, especialmente a aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.3. A CONTRATANTE certificará a execução de cada etapa do projeto e, se houver inexecução injustificada, exigirá a devolução de eventual valor pago ou efetuará as glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, quando aplicável.

5.4. A ausência de comunicação referente a irregularidades ou falhas pelo fiscal do contrato não implica em concordância por parte da CONTRATANTE, não prejudica a imposição das sanções eventualmente aplicáveis e nem exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações assumidas no CPSI.

5.5. Relatórios de andamento da execução contratual. Os relatórios de andamento da execução do CPSI apresentados pela CONTRATADA deverão conter elementos que permitam à CONTRATANTE avaliar o andamento da execução contratual ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas ao longo do período e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.

5.5.1. A CONTRATADA deverá, por meio de relatórios parciais entregues ao final de cada mês, informar o progresso na execução do objeto e eventuais resultados alcançados, prestando contas das atividades desenvolvidas no âmbito deste Contrato, na forma, metodologia, prazos e periodicidade acordados.

5.5.2. O relatório final da CONTRATADA deverá ser apresentado conjuntamente com a conclusão do objeto do Contrato.

5.5.3. Os relatórios observarão o disposto nos itens 19 e 20 do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - ENTREGA DA PROVA DE CONCEITO

6.1. Entregas. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE, por escrito, sobre cada entrega que realizar, bem como toda a documentação comprobatória do cumprimento da etapa correspondente, em conformidade com os marcos e entregáveis estabelecidos neste instrumento e no Edital, bem como pactuados na etapa de negociação do certame licitatório.

6.1. Recebimento. Cada entrega será recebida de forma provisória pela CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato e eventual equipe de fiscalização, os quais atestarão por escrito o recebimento em até 15 (quinze) dias corridos e realizarão a conferência de sua conformidade com os trabalhos que deveriam ser executados no período, em conformidade com o cronograma físico-financeiro eventualmente estipulado pelas partes na fase de Negociação.

6.1.1. o Fiscal do Contrato realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela equipe de avaliação, assim como os resultados de eventuais testes e ensaios realizados;

6.2. Verificações. A CONTRATANTE realizará verificação minuciosa dos serviços executados, no local que julgar mais conveniente, por meio de profissionais técnicos competentes, preferencialmente acompanhados da equipe técnica encarregada do CPSI. Se for o caso, a CONTRATANTE determinará a realização das verificações, ensaios e testes necessários, os quais poderão ser acompanhados pela CONTRATADA e sua equipe.

6.3. Responsabilidades da contratada. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços prestados, pelos prejuízos resultantes da defeituosa execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas por este Contrato e por força das disposições legais em vigor.

6.4. Esta cláusula será adaptada com novas condições para entrega da solução inovadora, quando da celebração do aditivo ao CPSI a ser assinado com as startups selecionadas para a fase de desenvolvimento e implementação da solução inovadora (rollout).

CLÁUSULA SÉTIMA - MATRIZ DE RISCOS

7.1. **Matriz de riscos.** As PARTES, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual para ambas, mediante a alocação do risco à PARTE com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes de fatos supervenientes à celebração deste Contrato e, sem prejuízo de outras previsões contratuais decorrentes das obrigações assumidas, estabelecem os respectivos responsáveis conforme Apêndice A deste Contrato.

7.2. **Alterações.** É vedada a celebração de termos aditivos que visem atribuir ao CONTRATANTE a responsabilidade por eventos que tenham sido alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – RISCO TECNOLÓGICO

8.1. **Insucesso decorrente de risco tecnológico.** Quando a solução inovadora desenvolvida por intermédio do CPSI envolver risco tecnológico, a eventual impossibilidade de atendimento dos prazos de entrega, cumprimento de obrigações ou mesmo a execução integral do objeto poderá ser objeto de comunicação pela CONTRATADA, acompanhado de todas as justificativas, materiais e documentos comprobatórios disponíveis.

8.1.1. O CONTRATANTE poderá agir de ofício, solicitando à CONTRATADA que apresente justificativas e documentação comprobatória sobre a não conclusão da etapa ou do objeto contratual.

8.1.2. O Fiscal do Contrato atestará a entrega da documentação comprobatória apresentada pela CONTRATADA e emitirá manifestação fundamentada acerca da possibilidade de que o insucesso no desenvolvimento do objeto do CPSI seja decorrente do conhecimento técnico-científico insuficiente à época da realização da ação.

8.2. **Auditoria técnica e financeira.** As justificativas e documentação comprobatória deverão ser avaliadas pelo Fiscal do Contrato, que poderá contar com o auxílio da equipe de fiscalização, do Comitê Gestor do Laboratório de Inovação Aberta e de eventual assessoramento especializado, para verificar, por meio de avaliação técnica e financeira:

- a. a inexecução, total ou parcial, do objeto contratual;
- b. a existência de risco tecnológico;
- c. o nexo de causalidade entre a inexecução contratual e o risco tecnológico.

8.3. **Manifestação do Fiscal do Contrato.** O Fiscal do Contrato terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do recebimento das justificativas e da documentação comprobatória pela CONTRATADA para concluir a análise, podendo esse prazo ser

prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados, em razão da complexidade da avaliação técnica e financeira.

8.3.1. Se restarem demonstradas a inexecução da etapa ou do objeto contratual, a existência do risco tecnológico e o nexo de causalidade entre ambos, sem culpa da CONTRATADA, o Fiscal do Contrato deverá efetuar o recebimento definitivo dos trabalhos executados e o pagamento obedecerá aos termos estabelecidos no CPSI. Se a inviabilidade técnica ou econômica for comprovada, o CPSI será descontinuado por meio de rescisão contratual.

8.3.2. Se comprovada a inexistência do risco tecnológico ou a ausência do nexo de causalidade, o Fiscal do Contrato deverá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, os quais poderão ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às expensas da CONTRATADA, ou, alternativamente, rescindir o CPSI, sem prejuízo da aplicação de sanções.

CLÁUSULA NONA - INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

9.1. **Sanções.** A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste CONTRATO, pela CONTRATADA implicará nas seguintes sanções administrativas:

I. advertência;

II. multa;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

9.2. Da advertência:

9.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à CONTRATADA, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será a CONTRATADA advertida sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-a de que, em caso de inobservância ou reincidência, será aplicada sanção mais elevada.

9.3. Da multa:

9.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;

II. multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o

descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei Federal 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
- f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela CONTRATANTE;
- h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
- j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

IV. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de o infrator não cumprir as entregas acordadas, por fato que lhe seja imputável;

V. multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VI. indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

9.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 9.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

9.3.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

9.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

9.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

9.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

9.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

9.4.1. Quem, convocado a assinar após a homologação da licitação e no prazo de validade da proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta acordada em negociação, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

9.5. Procedimento administrativo. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação da CONTRATADA, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

9.5.1. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

9.5.2. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

9.5.3. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório/contratação direta não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

9.5.4. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

I. julgar as defesas prévias;

II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

9.5.5. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

9.5.5.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

9.5.5.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente, se houver garantia;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

9.6. Reparação de danos. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

9.7. Autonomia. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 13.303/2016 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.8. Risco tecnológico e outros fatores alheios ao controle. Não serão aplicadas sanções quando comprovado que a inexecução ou o não atingimento de metas e resultados contratuais se deu em razão do risco tecnológico ou de outros fatores alheios ao controle da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Alterações objetivas. O presente Contrato poderá ser alterado a qualquer tempo, de comum acordo, mediante prévia justificativa por escrito, sendo a alteração formalizada por meio de Termo Aditivo.

10.1.1. Eventual Termo Aditivo que aumente o valor do Contrato fica condicionado à existência e à efetiva disponibilidade de recursos orçamentários, conforme a legislação vigente.

10.1.2. Ressalvadas as alterações nos prazos iniciais e finais das etapas, poderão ser realizadas modificações para alteração de atividades, etapas, entregáveis ou metas mediante a celebração de Termo Aditivo, assinado em comum acordo pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

10.1.3. É nula a alteração determinada por ordem verbal, ainda que proveniente da autoridade competente para autorizar a celebração do Termo Aditivo correspondente.

10.2. Alterações subjetivas. A fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA não implicará óbice para a execução deste Contrato se a pessoa jurídica resultante da operação societária, cumulativamente:

10.2.1. comprovar, no prazo que lhe for assinalado pelo CONTRATANTE, o atendimento de todos os requisitos exigidos no edital de Licitação;

10.2.2. manter as demais Cláusulas e condições do Contrato e dos demais anexos;

10.2.3. não gerar prejuízos à execução do objeto contratual; e

10.2.4. contar com a anuência expressa do CONTRATANTE para dar continuidade à execução do objeto.

10.3. Reequilíbrio econômico-financeiro. Na superveniência de fato extraordinário e imprevisível ou previsível, porém com resultados incalculáveis, que altere o equilíbrio da equação econômico-financeira original deste Contrato, a parte prejudicada poderá pedir a recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro, ou solicitar a resolução do Contrato em virtude de onerosidade excessiva. As PARTES terão a faculdade de mantê-lo, desde que, mediante consenso, revisem as condições segundo as quais o vínculo contratual continuará vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROPRIEDADE INTELECTUAL

11.1. Titularidade. As partes acordam que não haverá participação nos resultados ou compartilhamento da propriedade intelectual, não alterando-se os direitos de propriedade intelectual originalmente existentes sobre dados, informações e ferramentas previamente existentes, exceto para os casos em que a PBH Ativos venha a exercer a opção de compra a que se refere o item 23 do edital. Nessa hipótese, as partes podem discutir eventuais participações nos resultados e questões relativas à propriedade intelectual da solução.

11.2. Informações, tecnologias e direitos independentes. Todas as informações, tecnologias e direitos empregados pelas PARTES para subsidiar o desenvolvimento do objeto do CPSI continuarão a pertencer ao detentor original. Caso haja interesse no uso de informações, tecnologias e direitos para propósito diverso do cumprimento do objeto deste Contrato, a PARTE interessada deverá obter a anuência prévia do respectivo titular, sujeitando-se a eventual cessão ou licenciamento.

11.3. Uso de marcas. As PARTES concordam em não utilizar quaisquer nomes, marcas, registradas ou não, logotipos, símbolos ou outras designações e sinais distintivos pertencentes à outra PARTE sem obter prévia e formal autorização do respectivo titular. O registro de marcas novas que estejam relacionadas ao objeto deste Contrato será objeto de negociação específica entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

12.1. Informações confidenciais. "Informações Confidenciais" referem-se a todas as informações, dados, documentos, materiais técnicos ou comerciais, segredos comerciais, know-how, planos, especificações, métodos, fórmulas, processos, invenções, descobertas, propostas, estratégias, documentos técnicos, financeiros ou quaisquer outras informações divulgadas entre as PARTES, seja de forma escrita, verbal, eletrônica ou em qualquer outro formato, que, devido à sua natureza ou ao seu contexto, sejam reconhecidas como confidenciais.

12.1.1 As Informações Confidenciais não precisam ser novas, únicas, passíveis de proteção por direitos de propriedade intelectual ou constituir segredo industrial para serem protegidas neste Contrato.

12.1.2. As Informações Confidenciais devem ser identificadas no próprio documento ou mediante notificação escrita para a outra PARTE sobre a natureza confidencial das informações.

12.2. Exceções. As obrigações de confidencialidade não se aplicarão às informações que:

- a. devam ser divulgadas em cumprimento a uma obrigação legal ou em virtude de procedimento judicial ou administrativo, inclusive pelo Ministério Público, pelos Tribunais de Contas e outros órgãos de controle interno e externo. Neste caso, a PARTE deverá comunicar imediatamente as demais sobre a requisição antes de fornecer a resposta;
- b. já sejam de conhecimento público no momento da divulgação ou se tornam de conhecimento público posteriormente, sem violação deste Contrato;

- c. se tornem públicas por órgãos de proteção à propriedade intelectual, no Brasil ou no exterior;
- d. sejam obtidas legalmente de terceiros sem restrições de sigilo e confidencialidade;
- e. a PARTE tenha o dever de revelar em virtude da Lei Federal nº 12.527/2011 ("Lei de Acesso à Informação"); ou
- f. sejam desenvolvidas de forma independente pela PARTE sem o uso das Informações Confidenciais.

12.3. Dever de sigilo. As PARTES deverão utilizar as Informações Confidenciais somente para o propósito específico estabelecido neste Contrato, tendo já assinado o Termo de Confidencialidade e Sigilo anexo ao Edital.

12.4. Segurança da informação. As PARTES obrigam-se a observar as melhores práticas de segurança da informação, assumindo total responsabilidade no caso de acesso não autorizado a seus sistemas e bancos de dados.

12.5. Violações. Cada PARTE notificará imediatamente as demais ao tomar conhecimento de qualquer violação ou divulgação não autorizada de Informações Confidenciais, atuando para prevenir, cessar ou reduzir quaisquer danos decorrentes de tais eventos.

12.6. Destruição. As PARTES poderão solicitar às demais que eliminem permanentemente toda Informação Confidencial que não seja mais necessária ao cumprimento deste Contrato, incluindo suas cópias, fixando, se for o caso, um prazo para a adoção destas medidas.

12.7. Responsabilidade. A PARTE que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de confidencialidade previstas neste Contrato assumirá a responsabilidade pela reparação dos danos sofridos pelo lesado.

12.8. Segredo industrial. O uso ou a revelação não autorizada de informações protegidas por segredo industrial pode configurar concorrência desleal e os tipos penais descritos no artigo 195, incisos XI e XII da Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial").

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

13.1. Não haverá participação nos resultados neste momento de execução contratual, ressalvando os casos em que a PBH Ativos venha a exercer a opção de compra a que se referem o item 23 do edital, assegurados às partes os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia de que são titulares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. Coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as PARTES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda,

tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

14.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

14.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

- a. notificar imediatamente o CONTRATANTE;
- b. auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c. eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular;

14.2. **Necessidade.** As PARTES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

14.2.1. As PARTES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

14.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei nº 13.709/2018.

14.3. **Proteção de dados e incidentes de segurança.** Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

14.3.1. A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

14.3.2. As PARTES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

14.4. **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

14.5. Responsabilidade. As PARTES responderão por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à parte inocente ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato.

14.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante o CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

14.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

14.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

14.5.4. Se o CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

14.6. Eliminação. Mediante solicitação por escrito, a PARTE que tiver tido acesso a dados pessoais concorda em devolver ou destruir todos os dados pessoais recebidos, juntamente com suas cópias, a menos que seja acordado de outra forma por escrito entre as PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Vedação. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto a ser contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não interage a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S.A., mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA.

15.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.3. Cessão e transferência. Nenhuma das PARTES poderá ceder ou de outra forma transferir os direitos, obrigações e responsabilidades sob este Contrato sem o prévio consentimento escrito da outra PARTE. Qualquer tentativa de cessão ou transferência em descumprimento a esta cláusula será considerada nula e sem efeito, podendo a PARTE inocente rescindir a contratação por justo motivo, sem prejuízo da aplicação das sanções

cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. **Rescisão.** O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

16.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a. atrasos injustificados;
 - b. subcontratação total do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c. fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d. desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e. cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
 - f. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g. dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
 - h. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
 - i. ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
 - j. descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
 - k. perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - l. nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - m. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

16.3. **Indenização e Pagamentos.** A CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e pelos pagamentos devidos pela execução

do contrato até a data de extinção.

16.4. Procedimento. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

16.4.1 A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará na retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONDUTA, INTEGRIDADE E CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

17.1. Marco legal Anticorrupção. As PARTES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira ("Marco Legal Anticorrupção"), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 ("Código Penal Brasileiro"), a Lei Federal nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei Federal nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

17.2. Vedações. As PARTES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

17.3. Conformidade. A CONTRATADA declara e garante que:

- a. não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- b. não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- c. não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;
- d. não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- e. seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito ao CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias úteis, sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

17.4. Dever de informar. A CONTRATADA deverá comunicar prontamente ao CONTRATANTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

17.5 As partes, na execução do objeto deste contrato, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 007/2023 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS:

https://pbhativos.com.br/arquivos/07-GOVERNANCA-CORPORATIVA/07.1%20-%20POLITICAS%20DE%20GOVERNANCA/Codigo_Conduta_Etica_Integridade_2023.pdf,

comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

I - Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;

II - Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;

III - Oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;

IV - Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;

V - Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação estritamente profissional;

VI - Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da contratantes; e

VII - Promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Assinatura. O presente instrumento e eventuais Termos Aditivos poderão ser celebrados digitalmente por meio de certificação digital, emitida em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), reputando-se plenamente firmados pelas PARTES após a aposição da última assinatura.

18.2. Omissões. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 182/2021 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 10.973/2004, na Lei Federal nº 13.303/2016, no Decreto-Lei nº 4.657/1942 ("Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro"), e demais normas aplicáveis, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

18.3. Interpretação. Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste Contrato e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das PARTES, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

18.3.1. Se quaisquer das PARTES permitir, em benefício do outro, mesmo que por omissão, a inobservância, no todo ou em PARTE, o não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, válidas e eficazes, sem novação ou qualquer alteração de conteúdo.

18.3.2. Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste Contrato e teor dos seus Anexos, prevalecerão os termos e condições dispostos no presente instrumento.

18.4. Ultratividade. A rescisão ou a expiração da vigência deste Contrato não afeta a responsabilidade das PARTES no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

18.5. Comunicações. Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este Contrato poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente, no respectivo endereço da PARTE informado no preâmbulo deste instrumento.

18.5.1. A comunicação ou notificação será considerada entregue no momento do recebimento ou, se recebido em dia não útil, no dia útil imediatamente seguinte.

18.5.2. Se enviada por e-mail ou mensagem eletrônica, será considerada entregue quando confirmado o recebimento pelo destinatário, ou, após transcorridos 5 (cinco) dias úteis, o que ocorrer primeiro. Na hipótese de transcurso do prazo sem confirmação, será enviada cópia por correio, considerando-se, todavia, a notificação devidamente realizada.

18.5.3. Qualquer das PARTES poderá, mediante simples comunicação por escrito, alterar o endereço para o qual comunicações ou solicitações deverão ser enviadas.

18.6. Foro. As PARTES comprometem-se a observar a boa-fé e a envidar os seus melhores esforços para resolver amigavelmente qualquer demanda, controvérsia ou disputa relativa a este instrumento. Caso uma solução amigável não seja atingida, fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou omissões que possam resultar deste Contrato ou decorrer da sua execução.

E assim, por estarem as PARTES ajustadas, foi lavrado o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

[Belo Horizonte, 19 de março de 2025]

LEONARDO
MAURICIO
COLOMBINI
LIMA:06527671687Assinado de forma digital por
LEONARDO MAURICIO
COLOMBINI
LIMA:06527671687
Dados: 2025.03.14 09:12:45
-03'00'Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S.A.
CONTRATANTEDANIEL
RODRIGUES
NOGUEIRA:06317850607
50607Assinado de forma digital
por DANIEL RODRIGUES
NOGUEIRA:06317850607
Dados: 2025.03.20
10:13:30 -03'00'Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S.A.
CONTRATANTE

g.v.b

Documento assinado digitalmente
ANDRE ABREU REIS
Data: 17/03/2025 14:09:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>Secretário Municipal de Política Urbana
INTERVENIENTE-ANUENTE

TESTEMUNHAS:

g.v.b

Documento assinado digitalmente
MARINA DE FREITAS MAGALHAES GOMES
Data: 14/03/2025 12:55:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marina de F. M. Gomes

g.v.b

Documento assinado digitalmente
MARCUS VINICIUS DE FREITAS TEIXEIRA LEITE
Data: 14/03/2025 13:50:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcus Vinícius de Freitas T. Leite

APÊNDICE A DO CPSI – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS**METODOLOGIA**

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir.

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível de risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do Contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

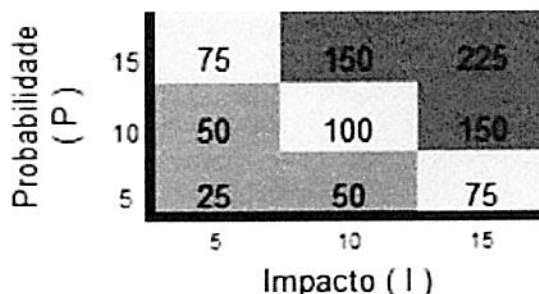


Figura 1 - Matriz Probabilidade x Impacto

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão da solução identificados e classificados neste documento.

Risco	P	I	P x I
Frustração do certame	5	15	75
Impugnação do Edital	5	15	75
Interposição de recursos administrativos	10	10	100
Incapacidade da empresa em executar o Contrato	5	15	75
Falência da empresa contratada	10	15	150
Desconhecimento procedimental pelas equipes de cada Secretaria	15	15	225
Falta de disponibilidade dos recursos materiais, financeiros e humanos para o acompanhamento da contratação	15	15	225
Comprometimento da Confidencialidade e Integridade das informações	10	15	150
Dependência tecnológica (<i>vendor lock in</i>)	15	15	225
Frustração da contratação, face ao ineditismo da modalidade	15	15	225
Grandes desafios para gerar as integrações entre o sistema contratado e os sistemas existentes na SMPU/PBH	5	15	75
Escolha incorreta do modelo de negócio (Ex: SaaS, On premise).	5	15	75
O custo da solução ao final do processo pode não estar alinhada ao Orçamento da Secretaria	10	15	150
Serviços executados de forma insatisfatória após contratação da empresa	5	15	75
Resistência das demais partes interessadas impactadas pelo projeto, principalmente, no que se refere às adaptações dos demais sistemas da PBH	10	15	150
Usabilidade ruim da nova solução tanto para os usuários internos quanto externos	5	15	75

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Frustração do Certame	
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Processo de seleção não atrair startups
Ação Preventiva	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente e às peculiaridades do mercado de startups
Ação de Contingência	Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocado a desistência de possíveis empresas interessadas.
Impugnação do Edital	
Probabilidade	Alta
Impacto	Baixo
Dano	Atraso ou inviabilização do certame
Ação Preventiva	Análise das exigências editalícias e sua adequabilidade ao marco regulatório das startups, diante do ineditismo
Ação de Contingência	<ul style="list-style-type: none">- Avaliação da adequação do edital ao marco legal das startups;- Discussões prévias ao lançamento do edital sobre possíveis questionamentos;- Republicação do Edital com eventuais alterações.
Interposição de recursos administrativos	
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Interrupção/atraso na execução do processo de contratação.
Ação Preventiva	<ul style="list-style-type: none">- Verificar a causa raiz dos recursos comumente apresentados no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte e quais podem ser evitados na modelagem criada de contratação de startup

	- Avaliação de itens questionados a fim de estudar eventuais modificações no edital e aperfeiçoamento do processo de trabalho
Ação de Contingência	Republicação do edital
Incapacidade da empresa em executar o Contrato	
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Atraso/inviabilidade de execução dos serviços
Ação Preventiva	- Incluir no Edital e no Contrato cláusulas prevendo o pagamento fracionado por etapas de execução dos serviços, além de sanções e requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados.
Ação de Contingência	Fiscalização do Contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar Contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação. Estudar a possibilidade de se readequar as exigências contratuais, flexibilizando, eventualmente, as exigências, dado o caráter de ineditismo da contratação
Falência da empresa vencedora	
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Atraso nos serviços
Ação Preventiva	Exigir na fiscalização, de forma preventiva quanto ao cumprimento de demais obrigações acessórias
Ação de Contingência	Realizar nova contratação
Desconhecimento procedimental pelas equipes de cada Secretaria	
Probabilidade	Alta

Impacto	Alto
Dano	Atrasos e percalços no processo de contratação
Ação Preventiva	Realizar capacitação dos agentes envolvidos na contratação e áreas demandantes
Ação de Contingência	Interação junto ao BHLab a fim de obter orientações quanto aos procedimentos a serem adotados e medidas as serem adotadas para evitar os riscos levantados

RISCOS DE GESTÃO DO CONTRATO

Falta de disponibilidade dos recursos materiais, financeiros e humanos para o acompanhamento da contratação	
Probabilidade	Alta
Impacto	Alto
Dano	Atraso na execução dos serviços
Ação Preventiva	Planejamento prévio de equipes e insumos que deverão ser demandados para a execução dos serviços
Ação de Contingência	<ul style="list-style-type: none">- Alinhamento junto à Alta Administração para o estabelecimento de prioridades- Alinhamento junto à Área Demandante para o estabelecimento de prioridades.- Alinhamento junto à Área Administrativa para o estabelecimento de prioridades.- Alinhamento junto à Área Técnica para o estabelecimento de prioridades.
Comprometimento da Confidencialidade e Integridade das informações	
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Dados da área demandante serem expostos ou corrompidos.
Ação Preventiva	<ul style="list-style-type: none">- Implementar controle de acesso apropriado ao grau de confidencialidade dos dados.

	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer termo de confidencialidade à empresa contratada - Verificar, junto à área responsável pela governança de dados, se há alguma medida preventiva que deva ser realizada para evitar incidentes de segurança
Ação de Contingência	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que a execução das ordens de serviço seja acompanhada por profissionais qualificados e, caso não seja cumprido, aplicar as punições cabíveis - Observar as medidas previstas na política de proteção de dados
Dependência tecnológica (<i>vendor lock-in</i>)	
Probabilidade	Alta
Impacto	Alto
Dano	Inviabilidade de migração da solução para outro prestador de serviço em razão de dependência tecnológica
Ação Preventiva	Estabelecimento, no edital, de titularidade ou cotitularidade da solução prototipada na PoC entre a CONTRATANTE e a startup autora da respectiva solução.
Ação de Contingência	-----
Inviabilidade da contratação, face ao ineditismo da modalidade	
Probabilidade	Alta
Impacto	Alto
Dano	Dificuldade ou inviabilização de realização do planejamento, operacionalização do certame e da execução da contratação
Ação Preventiva	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento permanente pelas áreas envolvidas no projeto, a fim de adotar medidas de contorno das intercorrências. - Fazer um benchmark completo sobre o desafio a ser atendido
Ação de	- Reunião das equipes envolvidas na contratação, a

Contingência	fim de determinar medidas de saneamento eventualmente cabíveis. - Propor o desenvolvimento de processos de trabalho de contratação de startup que mais se adequa a realidade de cada Secretaria. - Comunicar os impactos à Alta Administração. - Apresentar para os órgãos de controle interno e externo os possíveis riscos que decorrem de processo de contratação inovadora
--------------	---

RISCOS DA POC

Grandes desafios para gerar as integrações entre o sistema contratado e os sistemas existentes na SMPU/PBH	
Probabilidade	Baixo
Impacto	Alto
Dano	Dificuldade ou inviabilização da execução da PoC
Ação Preventiva	- Alinhar com o setor responsável as informações / medidas necessárias para viabilizar a integração com os sistemas
Ação de Contingência	- Documentar as dificuldades de integração e seus motivos antes do prazo acordado para integração do sistema (ou no ato da finalização da PoC ou após a finalização do RollOut)
Resistência das demais partes interessadas impactadas pelo projeto, principalmente, no que se refere às adaptações dos demais sistemas da PBH	
Probabilidade	Médio
Impacto	Alto
Dano	Dificuldade ou inviabilização de avaliação da solução (sistema) durante a etapa da execução da PoC
Ação Preventiva	- Realizar reuniões com as partes interessadas e impactadas pelo projeto para entendimento das adaptações juntos aos demais sistemas. - Disponibilizar manuais e vídeos para a utilização do

	sistema - Fornecer um canal de fácil acesso para quaisquer dúvidas originárias durante a sua operação
Ação de Contingência	- Comunicar e registrar as principais dificuldades apresentadas sobre as adaptações para utilizar o sistema pelos órgãos e demais partes interessadas
Usabilidade ruim da nova solução tanto para os usuários internos quanto externos	
Probabilidade	Baixo
Impacto	Alto
Dano	Dificuldade ou inviabilização de avaliação da solução (sistema) durante a etapa da execução da PoC ou após a etapa de RollOut
Ação Preventiva	- Realizar treinamentos com os usuários do órgão, a fim de obter feedbacks sobre a usabilidade da solução - Disponibilizar manuais e vídeos para a utilização do sistema - Fornecer um canal de fácil acesso para quaisquer dúvidas originárias durante a sua operação
Ação de Contingência	- Comunicar e registrar ao órgãos as dificuldades em utilizar o sistema

RISCOS PARA A AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO

Escolha incorreta do modelo de negócio (Ex: SaaS, On premise)	
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Inviabilidade da contratação da solução apresentada pela startup
Ação Preventiva	Negociação prévia com o modelo de negócio a ser apresentado pela startup
Ação de	

20
P

Contingência	
Serviços executados de forma insatisfatória após contratação da empresa	
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	- Insatisfação do órgão pela solução apresentada - Solução não efetiva para a desafio
Ação Preventiva	- Estruturar e testar a solução apresentada durante a fase prévia de contratação: a PoC e RollOut
Ação de Contingência	-----
O custo da solução ao final do processo pode não estar alinhada ao Orçamento da Secretaria	
Probabilidade	Médio
Impacto	Alto
Dano	Inviabilidade financeira em contratar a solução
Ação Preventiva	- Alinhar e negociar os valores de contratação da solução
Ação de Contingência	-----

RESPONSABILIDADES E MATRIZ DE RISCO

1. Responsabilidade: A CONTRATADA assumirá integral e exclusiva responsabilidade por todos os danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto contratual e de seus atos e omissões, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruição, parciais ou totais, isentando totalmente a CONTRATANTE e assumindo todas as reclamações e pretensões que venham a surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações e pretensões sejam resultados de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas encarregadas do fornecimento do objeto contratual, obrigando-se também, desde já, a requerer a exclusão da CONTRATANTE em eventual lide, bem como a reembolsá-la das importâncias que esta for compelida a pagar por força de eventual decisão judicial ou administrativa.

2. Caso Fortuito e Força Maior: Não constitui inadimplemento contratual da CONTRATADA os atrasos e/ou faltas nos serviços objeto do presente Contrato, quando decorrentes ou causados por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados no

prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, por iniciativa exclusiva da CONTRATADA ou quando públicos e notórios forem os eventos. O caso fortuito ou de força maior consiste no fato necessário, cujos efeitos não se era possível evitar ou impedir.

3. Risco Tecnológico: A CONTRATANTE não obstará o pagamento dos valores pactuados, e nem aplicará sanções administrativas cabíveis, nas hipóteses em que for devidamente constatado que a inexecução do objeto contratual, pela CONTRATADA, ou o não-atingimento dos resultados pretendidos decorrer, direta e exclusivamente, da existência de risco tecnológico na execução deste Contrato.

3.1. Para os fins deste Contrato, considera-se risco tecnológico a possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do insuficiente conhecimento técnico-científico à época em que a ação é decidida.

3.2. Caberá à CONTRATANTE, exclusivamente, examinar a existência de risco tecnológico no presente Contrato e o nexo de causalidade entre tal risco e a situação de inexecução do objeto contratual, pela CONTRATADA, ou o não-atingimento dos resultados pretendidos.

4. Fato do Príncipe e Álea Econômica Extraordinária: Na ocorrência superveniente de fato do príncipe e/ou de álea econômica extraordinária que afete o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido neste Contrato, as Partes negociarão, de boa-fé, os novos termos e condições aplicáveis de modo a reestabelecer as condições inicialmente pactuadas.

5. O presente Contrato não gera qualquer direito ou expectativa de direito relacionado à aprovação da Solução nas Fases e nem à celebração de eventual contrato de fornecimento, tampouco ensejará qualquer direito à revisão contratual ou pretensão indenizatória em face da CONTRATANTE, independentemente do motivo da não aprovação da Solução ou da não celebração de contrato de fornecimento. A CONTRATADA declara estar ciente das condições deste Contrato, sobretudo sobre a possibilidade da Solução por ela desenvolvida não ser aprovada em quaisquer das Fases e não ser objeto de contrato de fornecimento.